

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

DESTAQUES IPADES

MAIO, 2015

ESTOQUE DE CARBONO NA FLORESTA AMAZÔNICA

Nenhum ecossistema da Terra estica tanto carbono como a Amazônia. Contendo de duas a quatro centenas de bilhões de árvores, a maior floresta tropical do mundo armazena 17% de todo o carbono retido pela vegetação terrestre do planeta. No entanto, uma equipe internacional de pesquisadores verificou que apenas 1% das espécies de árvores da Amazônia responde pela metade do armazenamento e da produção desse carbono. Resultados desta pesquisa foram publicados na revista Nature Communications, de 28 de abril de 2015. O estudo envolveu a participação de colaboradores de 64 instituições europeias, norte-americanas e sul-americanas (11 delas brasileiras).

Por que a concentração de estoque de carbono em 1% das árvores? Analisando dados sobre 200 mil árvores de 3.458 espécies, coletados em 530 locais espalhados pela Amazônia, os pesquisadores concluíram que a capacidade da floresta de produzir e armazenar carbono está concentrada em 147 espécies de árvores, a maioria delas de grande porte, e que também concentram metade da biomassa da floresta.

No entanto, essa conclusão não significa que a diversidade amazônica não seja importante para garantir a sobrevivência da floresta no longo prazo. Além do mais, estocar carbono é apenas um serviço ambiental prestado pela floresta entre inúmeros conhecidos e tantos outros ainda a serem entendidos.

Por exemplo, as alterações no clima do planeta podem levar outras espécies a se tornarem dominantes e não terem a capacidade de absorver e estocar carbono quanto estas detectadas. Por isso, preservar e pesquisar são fundamentais cada vez mais

para entender-se o alcance e a importância dos serviços ambientais prestados gratuitamente ao homem pelos ecossistemas florestais.

Este estudo foi liderado por Sophie Fauset, bióloga da Universidade de Leeds, no Reino Unido, que atualmente realiza um estágio de pós-doutorado na Universidade de Campinas.

A IMPORTÂNCIA DA CONFIANÇA PARA A ECONOMIA

Há tempos tem sido noticiada a deterioração das expectativas dos empresários e dos consumidores com relação à situação da economia brasileira e a capacidade do Governo reverter esse quadro. Embora, a primeira vista, a importância das expectativas possa parecer algo abstrato nas análises econômicas, o fato é que esta variável é fundamental e antecede o movimento de outras variáveis, como as decisões de consumo das famílias ou de investimento dos empresários. A conclusão dessa relação é direta: enquanto a confiança não voltar, a economia não crescerá. É importante deixar claro que é difícil determinar qual confiança – consumidor ou empresário – é mais importante, afinal os dois movimentos se retroalimentam.

Infelizmente, não há mágica que possa recuperar a confiança, tanto dos empresários, quanto dos consumidores, de forma consistente no curto prazo. No caso brasileiro, para readquirir a confiança dos agentes econômicos, tem-se que corrigir uma série de desequilíbrios acumulados nos últimos anos, e esse processo de correção não é indolor. Para tornar a solução mais difícil, além do lado econômico, o Governo terá que lidar com questões políticas ligadas diretamente às dores da correção, ou seja, do ajuste da economia.

No ambiente do agronegócio a confiança dos produtores não está só nas variáveis domésticas. Há claras evidências de que a confiança desses agentes econômicos é fortemente condicionada pelos preços das commodities agrícolas. Neste caso, a dinâmica da variação média dos preços dessas commodities no mercado internacional é um fator que se reflete na confiança desses produtores fazendo com que suas expectativas sejam diferentes daqueles outros agentes econômicos que atuam apenas com o mercado interno.

Para este segmento outras variáveis os colocam em posição de alerta, tais como: políticas econômica e agrícola; custo de produção; clima; comercialização; segurança jurídica e propriedade privada; câmbio; mão-de-obra; logística; impostos; meio ambiente.

Isso demonstra que a agricultura é uma atividade muito complexa, e ao mesmo tempo, de vital importância para o Brasil. Mas parece que o Governo não a olha por esse ângulo, pois além da conjuntura nada boa da economia brasileira na atualidade, o setor sofre fortes restrições ideológicas que só atrapalham, visto que impedem o diálogo necessário à solução dos entraves.

ENCOLHIMENTO DA CAATINGA

De 1990 a 2010 o bioma Caatinga que cobre integralmente o Estado do Ceará, grande parte dos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e pequena parte dos Estados do Maranhão e Minas Gerais, perdeu 9 milhões de hectares, - ou 90 mil quilômetros quadrados (km²), quase a área de Portugal – de vegetação nativa, em consequência do desmatamento e da expansão da agropecuária e do uso de madeiras de árvores nativas como forma de energia (lenha) em residências e pequenas indústrias, de acordo com levantamento mais amplo publicado em março na revista Applied Geography.

Esse trabalho indica que, nesses 20 anos, a taxa de derrubada da vegetação natural aumentou na Caatinga (de 0,19% ao ano de 1990 a 2000 para 0,44% ao ano na década seguinte), embora os levantamentos do Ministério do Meio Ambiente indiquem uma queda do desmatamento nesse ecossistema. Para os autores do artigo, a divergência decorre do conceito de paisagem natural – eles preferiram não incluir as áreas cobertas só por gramíneas, que o governo federal considerou – e da escala temporal (duas décadas em um caso e quase uma década em outro).

Outra ameaça que se agrava é a desertificação. “O que mais contribui para desencadear o processo de desertificação é o mau uso da terra, com o desmatamento e muitas vezes o uso do fogo, agravado pelas condições climáticas” segundo lêdo Bezerra Sá, pesquisador da Embrapa Semiárido.

Na pesquisa que realiza no sertão pernambucano, Iêdo está concluindo um levantamento que indica que 9 das 12 regiões de Pernambuco – ou 122 dos 185 municípios do estado – principalmente no sertão, estão sujeitos a um risco elevado de desertificação. Um de seus estudos recentes indica que quase toda a região de desenvolvimento do sertão do rio São Francisco, onde se cultivam frutas irrigadas, encontra-se sob risco de se transformar em um areal estéril (75% da área encontra-se sob risco moderado e 23% sob risco severo). Ainda, segundo esse pesquisador, “a Caatinga é muito frágil, em alguns casos, o melhor seria não mexer”.

Reduzir o risco de desertificação é um processo lento, o primeiro passo é mudar a forma de lidar com o solo e parar de desmatar, diz Carlos Magno, um dos coordenadores do Centro Sabiá, uma organização não governamental sediada em Recife.

EFEITO COMMODITIES

A concentração da pauta de exportações brasileiras no complexo soja, em minério de ferro e petróleo bruto reduzirá a capacidade de gerar superávit comercial em 2015, a não ser que as importações caiam de maneira drástica, motivadas pela alta do dólar e pela que da economia nacional.

A complexidade da conjuntura internacional, na qual a única unanimidade é a recuperação da economia dos Estados Unidos, mesmo assim em intensidade ainda controversa somada ao dever de casa mal feito pelo Brasil para aumentar a competitividade da sua indústria, deverão funcionar como uma alavanca de freio para as exportações do país em 2015, impedindo uma recuperação ante o tombo de 7% registrado em 2014.

A derrocada dos preços das commodities que começou em há pelo menos dois anos, devido a uma demanda global minguante, terá papel mais uma vez destacado em um novo ano ruim para as exportações brasileiras. Segundo estimativa da Fundação Centro de Estudos do Comércio (Funcex), somente os três produtos ou grupos de produtos negociados com base em cotações internacionais – complexo soja, minério de ferro e petróleo bruto – serão responsáveis por perda total de US\$ 14,6 bilhões nas vendas externo do país.

No entanto, mesmo com a pressão negativa vinda das commodities, a Funcex avalia que o efeito da desvalorização cambial que se acentuou este ano sobre as exportações e, especialmente, sobre as importações, fará com que o Brasil volte a ter saldo positivo na sua balança comercial, após o déficit de US\$ 3,9 bilhões em 2014, o primeiro desde o ano 2000. Em maio a balança comercial já foi positiva.

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), ainda que alinhada com as expectativas pouco animadoras traçadas pela Funcex, apresenta números um pouco mais otimistas. O presidente da entidade, José Augusto de Castro, disse que “por enquanto” mantém a previsão de um saldo comercial este ano de US\$ 8,2 bilhões, resultante de US\$ 215,4 bilhões de exportações e US\$ 207,2 bilhões de importações (corrente de comércio de US\$ 422,6 bilhões). É o que Castro chama de “saldo positivo negativo”.